CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 63/96 - Ap. Proc. DRE Campinas nº
6233/1600/92

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Paulínia

ASSUNTO: Solicita autorização para implantação do Curso de 2º
Grau junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio

RELATORA: Consª Sonia Aparecida Romeu Alcici

PARECER CEE Nº 364/96 - CESG - APROVADO EM 31-07-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Paulínia solicita autorização para instalação e funcionamento do curso de 2º grau junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental, que passaria a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio de Paulínia.

A Rede Municipal de Ensino Fundamental foi criada em 05-11-91, pelo Decreto nº 2.849, do Prefeito.

Por Portaria da extinta DRE de Campinas, de 10-09-92, publicada em 16-09-92, foi autorizado o funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Paulínia, com o curso de 1º grau e aprovado o Regimento Escolar.

O Plano de Curso Comum foi homologado mediante Portaria da 2ª DE de Campinas, de 28-08-92, publicada em 16-09-92.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 63/96

PARECER CEE Nº 364/96

Conforme determina o artigo 2º da Deliberação CEE nº 05/92, o pedido foi instruído com:

- Plano Municipal de Educação;
- demonstrativo trimestral dos recursos aplicados na Educação, nos exercícios de 1990, 1991, e 1992;
- comprovação de atendimento pleno e satisfatório do ensino fundamental e pré-escolar;
- estudo caracterizando a necessidade social do curso.

O local onde está sediada a escola é constituído de cincograndes núcleos habitacionais, financiados pelo BNH, com uma população de posição sócio-econômica modesta.

Os bairros são eminentemente residenciais, asfaltados, com saneamento básico e contam com 03 escolas de 1º grau, num total de 2.067 alunos entre a 1ª e a 8ª séries.

Na cidade, há apenas 05 escolas com o 2º grau. Destas, uma é de ensino profissionalizante e a outra de supletivo, o que tem como conseqüência que muitos alunos fiquem impossibilitados de cursar o ensino Profissionalizante, por não serem aprovados no exame de seleção que é exigido para o primeiro ou por não contarem com a idade mínima legal para o supletivo.

As três escolas restantes não atendem, pois, à demanda, principalmente na região dos núcleos habitacionais.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 63/96

PARECER CEE Nº 364/96

Constam, ainda, o Plano de Curso de 2º Grau e as Alterações Regimentais, nas quais é proposta a mudança de denominação para Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio.

As Alterações Regimentais referem-se aos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 32, 33, 38, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 52, 78 e 86 do Regimento Escolar, adequando-os ao ensino de 2º grau.

Quanto ao Plano de Curso, está de acordo com o Regimento Escolar.

Atualmente, o Município conta com:

- 03 Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus;
- 09 Escolas Estaduais de 1º Grau;
- 01 Escola Municipal de Ensino Fundamental;
- 01 Centro Municipal de Ensino Profissionalizante;
- 14 Creches;
- 11 EMEIS;
- 04 Centros Educacionais;
- 11 Classes de Alfabetização de Jovens e Adultos;
- 01 Classe de Alfabetização Especial de Deficiente Auditivo.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 63/96

PARECER CEE Nº 364/96

A Comissão de Supervisores, após vistoriar as instalações e analisar a documentação, concluiu haver condições para funcionamento do 2º grau, o que foi ratificado pela Delegada de Ensino.

A CEI manifestou-se favorável ao solicitado.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto e nos termos deste Parecer:

2.1 aprovam-se as alterações regimentais e o Plano de Curso apresentados, devolvendo-se à interessada cópias devidamente rubricadas.

2.2 autorizam-se a instalação e o funcionamento do ensino de 2º grau junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental de Paulínia, que passará a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio de Paulínia;

São Paulo, 17 de abril de 1996

a) *Cons^a Sonia Aparecida Romeu Alcici*
Relatora

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 63/96

PARECER CEE Nº 364/96

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: André Alvino Guimarães Caetano, Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici, Sonia Teresinha de Sousa Penin e Sylvia Figueiredo Gouvêa.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 24 de abril de 1996

a) *Cons. Pedro Salomão José Kassab*
Presidente da CEEG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de julho de 1996.

a) *FRANCISCO APARECIDO CORDÃO*
Presidente